# Capítulo XXIV — Continuação do precedente

Acabamos de ver o paganismo antigo reproduzido traço por traço na Europa moderna pela guerra exterior e intestina quase contínua, por um amor feroz da liberdade, por um patriotismo selvagem, tão perfeitamente imitado dos gregos e dos romanos que não se sabe que diferença achar entre os novos e os antigos Brutos, entre a linguagem, os projetos, os atos, os costumes de uns e de outros. Completemos esse quadro, que não se saberia estudar demais.

Que outra lição dá o paganismo clássico à juventude? Ignorando a verdadeira noção do poder, mostra-lhe o despotismo como a única lei das sociedades, e esse despotismo brutal passando alternadamente das mãos da multidão para as mãos de um só. Tal é a ideia com que, há três séculos, se familiariza a infância. Mostra-lho não como uma coisa divina cuja origem não está na terra, não como um depósito divino cujo depositário deve contas a Deus, não como um encargo que exige o sacrifício contínuo do superior ao inferior; mas como uma coisa de origem humana, como um depósito humano cujo depositário deve contas somente ao homem; não como um encargo, mas como um benefício que vale glória, honras, prazeres a quem o possui. Numa palavra, falseia completamente a noção do poder que, não sendo mais que um mandato humano ou uma conquista da força, acaba sempre no despotismo de um só ou da multidão.

Daí, em todas as repúblicas clássicas, assembleias populares, sem cessar renovadas para transmitir o poder, para lhe determinar os limites, para julgar os seus prestadores de contas; tribunos facciosos para contrabalançar a sua autoridade, um senado ciumento para vigiar-lhe o exercício. Depois atritos e desavenças perpétuos; depois conspirações para tirar o poder ou conjuras para assassinar os tiranos; depois elogios igualmente absolutos aos assassinos e aos tiranos, a Bruto e a César, a Cícero e aos triúnviros; depois, enfim, a república sempre sacudida acabando inevitavelmente por cair em acessos de licença desenfreada, e daí num servilismo abjeto. Tal é o novo traço do quadro com que, há três séculos, se familiariza a infância, cuidando de repetir-lhe, aqui como alhures, o eterno refrão que o Sr. Thiers ainda redizia em nossos dias, e que, na hora mesma em que traço estas linhas, ressoa em todos os colégios da Europa: A antiguidade é tudo o que há de belo no mundo.

Mas aqui ainda julguemos a árvore pelos seus frutos. Quais são os resultados políticos de semelhante educação? De um lado, a alteração completa da verdadeira noção do poder; de outro, a glorificação e a prática dessas teorias subversivas.

Alteração da verdadeira noção do poder. Os séculos cristãos repetiam com são Paulo que todo poder vem de Deus:

> *não ha potestade, que não venha de Deos: e as que ha, essas forão por Deos ordenadas*

(Rm 13, 1). Ora, ide dizer hoje à Europa, discípula do paganismo, que todo poder vem de Deus e depende de Jesus Cristo, o Rei dos reis, o Senhor dos senhores; ide combater o dogma pagão da soberania do povo: vereis se há uma só nação que vos compreenda, vereis quantos há entre os sábios que respondam de outro modo que não por um sorriso de piedade. Lede os discursos solenes, os discursos de algum modo nacionais, discursos do trono, discursos dos oradores parlamentares, vede se não achais em cada página o nome da nação, o nome do povo, o nome do país, invocado em toda a Europa como a razão suprema do direito e do dever. Por que a repetição tão frequente desse nome, substituído ao nome de Deus, senão porque a autoridade que exprime é onipotente, a única poderosa, a única considerada fonte do poder no mundo político atual?

Glorificação e prática das teorias subversivas do paganismo. Lede os jurisconsultos, os legistas, os filósofos da Europa moderna, todos nutridos da bela antiguidade pagã: que achareis neles? Contam-vos que

> *a sociedade é um contrato; que, para ser legítimo, o governo deve ser fundado no consentimento livre dos súditos, que sem isso não é senão violência, usurpação, banditismo;[1] que todo poder vem do povo; que o povo é o único poder que não precisa ter razão para legitimar os seus atos;[2] que ensinar que os príncipes recebem o seu poder de Deus é uma máxima imaginada pelo clero, que só põe os reis acima do povo para mandar nos próprios reis, em nome da Divindade; não é, pois, senão uma cadeia de ferro que mantém uma nação inteira sob os pés de um só homem;[3] que o magistrado supremo não é senão o primeiro empregado da nação;[4] que nos séculos de barbárie se pôde saciar de palavras ambíguas os espíritos transviados por uma epidemia de fanatismo, e fixar com sons vazios de sentido rebanhos que só marchavam ao som das trombetas; mas quando um Estado se civilizou, é então que ainda irá buscar nas trevas da ignorância e do erro os fundamentos da autoridade legítima?[5] que o povo é o único soberano; que tem o direito de julgar os reis; que o seu mandato vem da sua vontade; quando o violam, o seu mandato está quebrado; que a insurreição é o mais santo dos deveres.[6]*

E o povo insurgiu-se de uma ponta a outra da Europa, e julgou os tiranos, e brinca com as coroas como uma criança com chocalhos; e vimos em menos de meio século cinquenta e dois tronos voar em estilhaços e os seus destroços sangrentos arrastados na lama das encruzilhadas pelo povo soberano; e houve cantos de triunfo para os assassinos dos reis, como os houve outrora para Cévola, para Bruto, para Macro e para Estéfano; e a sociedade, sempre dividida pelo ódio, sempre sacudida entre os partidos, passa alternadamente da mais dura tirania ao mais abjeto servilismo; os mais altivos Brutos de 93 tornam-se os mais rasteiros lacaios do soldado feliz que lhes dourou as costuras; hoje mesmo, apesar das suas soberbas pretensões à liberdade e à igualdade,

submeter-se-á sem dizer palavra ao Tibério que lhe quiser pôr o pé na garganta. À espera de obedecer ao sabre de um pretoriano, obedece à pena de um empregado, como uma máquina à força cega que a faz mover.

Eis o que somos há três séculos, e eis o que devíamos ser. Voltado ao paganismo pela sua educação, o mundo teve forçosamente de reentrar nas condições sociais do paganismo: antagonismo, anarquia, despotismo, servilismo, instabilidade, revoluções. Refleti e concluí.

Resta pôr em evidência um último fruto da árvore pagã.

> *O verdadeiro progresso, diz o ilustre publicista espanhol Donoso Cortés, consiste em submeter o elemento humano que corrompe a liberdade ao elemento divino que a purifica. A sociedade seguiu um caminho diferente ao dar por morto o império da fé; e, proclamando o império da razão e da vontade do homem, tornou absoluto, universal e necessário o mal, que era relativo, excepcional e contingente. Esse período de rápida retrogradação começou na Europa com a restauração do paganismo literário, que trouxe sucessivamente as restaurações do paganismo filosófico, do paganismo religioso e do paganismo político. Hoje o mundo está às vésperas da última dessas restaurações, a restauração do paganismo socialista.*[7]

Pois sim! o socialismo que nos ameaça é um fruto do paganismo clássico. É ensinado pelos autores cujas palavras se ensina às gerações da Europa a olhar como oráculos, cujas teorias sociais se ensina a olhar como tudo o que há de mais perfeito, de mais belo no mundo.

O socialismo ataca nas suas bases a família e a propriedade e tende a realizar, pelo aniquilamento da liberdade individual em proveito do Estado, o mais vasto, o mais vergonhoso, o mais apavorante despotismo que jamais pesou sobre o mundo.

Ora, o paganismo que nos ensinam a admirar ensina e pratica o socialismo na família.

> *Legisladores de povos guerreiros, Licurgo e Platão compreendem que a família pode enfraquecer a dedicação militar. Nós mesmos o sentimos, pois proibimos o casamento aos nossos soldados. Contudo não é preciso que a população pare. Como resolver o problema? Como fizeram Platão em teoria e Licurgo na prática? Pela promiscuidade. Platão, Licurgo: eis contudo os nomes que nos habituam a só pronunciar com idolatria.*[8]

A própria Roma, digna discípula da Grécia, consagrou o concubinato e o divórcio.[9] Há mais; na família antiga o socialismo absorve a liberdade da mulher e da criança em proveito do pai, como o próprio Estado absorve em seu proveito a liberdade do pai.

Com efeito, Licurgo estabelece em princípio que a criança pertence não ao pai, mas ao Estado, e vimos com que rigor bárbaro essa lei socialista era cumprida. Vimos ainda que essas teorias pagãs sobre a família e sobre a criança se tornaram a base das instituições da Europa moderna pelo divórcio, pela conscrição e pelo monopólio do ensino. Se não são reproduzidas à letra, rendamos graças ao cristianismo, cuja secreta influência nos impede de ser tão maus quanto os nossos princípios.

No tocante à propriedade, desafio que se ache em toda a antiguidade uma definição passável.[10] A verdadeira base da propriedade é a vontade do proprietário universal de todas as coisas: é esta palavra de Deus: *«Não furtarás»* (Ex 20, 15), *Non furtum facies*. A antiguidade ou esquecera ou desdenhara essa base e, em vez de fundar o direito de possuir na autoridade de Deus, fundara-o na autoridade do homem, isto é, na autoridade da lei. Mas, se a lei humana cria a propriedade, a lei humana pode destruí-la: é todo o princípio do socialismo moderno.

Quanto à supremacia absoluta do Estado e à absorção da liberdade individual na vontade de um chefe, quer esse chefe se chame o areópago, os arcontes, o senado, Augusto ou Tibério, esse princípio foi praticado em toda a antiguidade clássica com um rigor que só será superado pelo socialismo que nos preparam. A criança era ali escrava, a mulher era escrava, três quartos do gênero humano eram escravos. Essa ordem de coisas não era mais que a aplicação dos ensinamentos da filosofia. O seu mais célebre representante, Platão, desprendendo sucessivamente todos os elementos do múltiplo, chega à unidade absoluta, cume da sua dialética. Circunscrita ao domínio das ideias abstratas, essa teoria não é mais perigosa que outra; mas, aplicada ao governo das coisas humanas, encerra o vício irremediável de aniquilar o indivíduo sacrificando-o inteiramente ao conjunto. Platão, sempre lógico e de olhos fixos na sua unidade absoluta, proclamou de fato, na sua república, a comunidade dos bens, a comunidade das mulheres, a direção do cidadão pelo Estado, desde o berço até o túmulo.

Tais são as instituições que nos ensinam a admirar. E quereis que não se achem homens ansiosos por tornar-se Minos, Licurgos, Sólons, Numas, Platões, fabricantes de constituições e de repúblicas renovadas dos gregos e dos romanos!

> *Exagerais, dir-me-ão; não é possível que a nossa juventude estudiosa haurisse na bela antiguidade opiniões e sentimentos tão deploráveis. E que quereis que ali haurisse senão o que ali está? Fazei um esforço de memória e lembrai-vos em que disposição de espírito entrastes no mundo... Quanto a mim, quando vejo a sociedade atual lançar os jovens, às dezenas de milhares, no molde dos Brutos e dos Gracos, para depois lançá-los, incapazes de todo trabalho útil, na imprensa e na rua, espanto-me de que resista a essa prova. Pois o ensino clássico não tem apenas a imprudência de mergulhar-nos na vida greco-romana, mergulha-nos nela habituando-nos a apaixonar-nos por ela, a considerá-la o belo ideal da humanidade, tipo sublime, alto demais para as almas modernas, mas que devemos esforçar-nos por imitar sem jamais pretender atingi-lo.*[11]

O ensino clássico tem razão: jamais atingiremos o sistema social do paganismo. Ou cairemos muito mais baixo, ou ficaremos muito acima.

> *A revolução cristã é um fato consumado de que se devem sofrer as consequências. Ainda que fizésseis reviver todos os gênios políticos, militares, poéticos, filosóficos, artísticos do mundo antigo, seriam impotentes para reconstruir as sociedades de que foram a glória. Saí um pouco do círculo pueril das vossas ideias de colégio para levar em conta as realidades. Não vedes que o banquete social, a que a Europa de outrora mal admitia dez milhões de senhores, servidos por duzentos milhões de escravos, é estreito demais para os duzentos e cinquenta milhões de senhores, dos quais nenhum hesitaria em desembainhar contra quem lhe dissesse: Sê meu escravo?*

> *Que esse espírito de fraternidade, de igualdade, de liberdade que agita os povos cristãos seja coisa lamentável para os admiradores das sociedades antigas, seja; mas é um fato vivo.*

> *Ora, eis uma das consequências desse fato: o espaço que podia bastar à vida de dez milhões de cidadãos formados pelos legisladores da Grécia e do Lácio seria insuficiente para igual número de homens educados pelo Evangelho; como bastaria então a duzentos e cinquenta milhões de cristãos!*

> *Temos populações vinte vezes mais numerosas e incomparavelmente mais exaltadas nas suas ideias e pretensões do que as populações livres da antiguidade. Querer que essas massas de gigantes se movam em boa ordem ou fiquem imóveis na sala de picadeiro onde se divertiram e acabaram por se sufocar os filhos de Cécrops, de Licurgo, de Rômulo e de Numa é querer o impossível; é provocar desastres.*

> *Tal foi, contudo, o fim dos nossos sistemas modernos de educação, se é que é permitido chamar sistemas ao amálgama ininteligente dos elementos mais díspares.*[12]

---

**Notas**

[1] Rousseau, *Émile*, t. IV, p. 349; *Encyclop.*, art. *Autorité politique*; *Système de la nature*, t. I, cap. 9 e 16.

[2] Rousseau, *ib.*

[3] Raynal, *Hist. des établiss.* [História dos estabelecimentos], etc., liv. XVI, p. 130.

[4] Helvétius, *De l'homme*, t. II, nota 4, p. 596.

[5] Raynal. *Id.*, *ib.*

[6] Declarações e discursos de todos os oradores revolucionários de 93 e de 1848 inclusive.

[7] Carta ao Sr. de Montalembert, 4 de junho de 1849.

[8] *Baccalauréat et socialisme*, p. 14.

[9] Ver *Histoire de la famille* [*Histoire de la société domestique*], t. I, cap. 9 e 10.

[10] A antiguidade era incapaz de dar uma. Não sendo o homem seriamente responsável diante de Deus, não podia ser realmente inviolável diante dos homens. «Com efeito, o homem só é inviolável porque tem uma responsabilidade absoluta diante de Deus. A propriedade, fruto do homem, só é inviolável com a inviolabilidade do homem. Desde que ele já não é responsável diante de Deus, perde a sua inviolabilidade na terra; a sua propriedade não é mais inviolável que a do lobo. Que a defenda, se puder; mas a propriedade já não é legítima.»

[11] *Baccalauréat et socialisme*, p. 20.

[12] Sr. Martinet, *De l'Éducation de l'homme*.

---

Revision #1
Created 22 November 2026 17:19:48 by Admin
Updated 22 November 2026 17:19:48 by Admin